

**Cooperativismo agropecuário no contexto territorial do
Assentamento Campo Verde, no município de Terenos,
Mato Grosso do Sul**

***Agricultural cooperativism in the Campo Verde Settlement
territorial context in the municipality of Terenos,
Mato Grosso do Sul***

***Cooperativismo agropecuario en el contexto territorial del
Asentamiento Campo Verde, en el municipio de Terenos,
Mato Grosso do Sul***

Maria Augusta Castilho¹
Saulo Oliveira Meneguete²

¹ Pós-Doutorado em Linguística. Doutorado em Ciências Sociais- História do Brasil. Docente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado/Doutorado e no Curso de História da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). E-mail: m.a.castilho@terra.com.br

² Bacharel em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Pós-graduado em Gestão Participativa em Educação e Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). E-mail: saulotatau@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar a organização comunitária por via do cooperativismo e teve como objeto da pesquisa a Cooperativa Agrícola Mista da Pecuária de Corte e Leiteira e da Agricultura Familiar (COOPLAF), localizada no Assentamento Campo Verde, município de Terenos, MS, no período correspondente entre junho a novembro de 2016. O método utilizado foi o dedutivo com cortes transversais e uma abordagem sistêmica. O estudo enfatiza o cooperativismo pelo ramo agropecuário, destacando sua contextualização histórica no Brasil e no Estado de Mato Grosso do Sul, o aspecto histórico e geográfico do Assentamento Campo Verde, e o desenvolvimento local gerado na comunidade por meio da cooperativa agropecuária COOPLAF.

Palavras-chave: cooperativismo; cooperativa agropecuária; desenvolvimento local.

Abstract: This article aims to present the community organization through cooperativism and had as object of research the Mixed Agricultural Cooperative of the Livestock of Cut and Milk and Family Agriculture (COOPLAF), located in the Settlement Campo Verde, municipality of Terenos, MS, in the corresponding period between June and November of 2016. The method used was the deductive with transversal cuts and a systemic approach. The study emphasizes cooperativism in the agricultural sector, highlighting its historical contextualization in Brazil and in the State of Mato Grosso do Sul, the historical and geographical aspect of the Campo Verde settlement, and the local development generated in the community through the COOPLAF agricultural cooperative.

Keywords: cooperativismo; cooperativa agropecuária; local development.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar la organización comunitaria a través del cooperativismo y tuvo como objeto de la investigación la Cooperativa Agrícola Mixta de la Ganadería de Corte y Lechería y de la Agricultura Familiar (COOPLAF), ubicada en el Asentamiento Campo Verde, municipio de Terenos, MS, en el período correspondiente entre junio a noviembre de 2016. El método utilizado fue el deductivo con cortes transversales y un abordaje sistémico. El estudio enfatiza el cooperativismo por la rama agropecuaria, destacando su contextualización histórica en Brasil y en el Estado de Mato Grosso do Sul, el aspecto histórico y geográfico del Asentamiento Campo Verde, y el desarrollo local generado en la comunidad por medio de la cooperativa agropecuaria COOPLAF.

Palabras clave: cooperativismo; cooperativa agropecuaria; desarrollo local.

1 INTRODUÇÃO

O estudo objetiva analisar o cooperativismo agropecuário no contexto territorial do assentamento Campo Verde, distrito de Campo Verde, município de Terenos, estado de Mato Grosso do Sul, em específico a Cooperativa Agrícola Mista da Pecuária de Corte e Leiteira e da Agricultura Familiar (COOPLAF).

A questão norteadora do estudo foi verificar se os produtores da localidade estavam preparados para formar uma cooperativa.

Diante de tal situação, o estudo foi pautado para responder à questão formulada sobre a formação do cooperativismo local. Para tanto, contou-se com a colaboração de 76 produtores rurais, associados da COOPLAF, coletando informações reais e empíricas desses produtores no período de 20/09/2016 a 08/10/2016. Dessa forma, foi aplicado um questionário composto por cinco questões subjetivas, relativas ao processo de constituição da cooperativa nos assentamentos Campo Verde, Nova Querência, Patagônia e Santa Mônica, no que tange às vantagens que ela oferece aos produtores associados.

Não só como uma alternativa e oportunidade para o desenvolvimento individual de cada produtor, o cooperativismo representado pelo ramo agropecuário gera o desenvolvimento socioeconômico coletivo e o crescimento local da comunidade onde se encontra. Surge, portanto, uma filosofia de vida que busca transformar o mundo em um lugar mais justo, harmônico, equilibrado e com melhores oportunidades para todos. Um caminho que mostra que é possível unir desenvolvimento econômico e social de forma complementar e não isolada, produtividade e sustentabilidade, o individual e o coletivo.

Neste estudo, na parte introdutória, explicita-se de forma resumida a finalidade, a metodologia e o modo como a pesquisa foi realizada.

No item dois, aborda-se a questão do cooperativismo agropecuário, contextualização histórica no Brasil e no Estado de Mato Grosso do Sul, com o intuito de conhecer a representatividade das cooperativas agropecuárias no Estado de MS.

Já o item três refere-se à descrição do aspecto histórico e geográfico do Assentamento Campo Verde, seu processo de formação e a atual realidade e representatividade para os produtores rurais da região.

No quarto item, descreve-se a COOPLAF, o processo de constituição, seu propósito e a importância da geração de renda aos produtores rurais do distrito Campo Verde.

As discussões e os resultados da pesquisa compõem o quinto item, que se refere aos questionários aplicados aos setenta e seis associados da COOPLAF, que representa 16% do atual quadro social da cooperativa, que tem 475 associados.

Assim, de um modo geral, procura-se oferecer ao leitor o conhecimento do cooperativismo agropecuário, em plena atividade no Estado de Mato Grosso do Sul, destacando a COOPLAF, localizada no distrito de Campo Verde, em Terenos, MS.

2 COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA NO BRASIL E EM MATO GROSSO DO SUL

Historicamente o cooperativismo moderno surgiu de uma grande necessidade dos trabalhadores, como um instrumento de defesa, de reabilitação e de sobrevivência durante a Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX, reagindo às mudanças sociais, políticas e econômicas da época.

Para Menezes (1992, p. 13-4),

[...] o cooperativismo, como o vemos hoje, nasceu quando foi fundada a primeira cooperativa em bases associativas formais. Nas vésperas do Natal de 1844, foi fundada a SOCIEDADE DOS PROBOS PIONEIROS DE ROCHDALE, que em 21/12/1844 inaugurou um armazém cooperativo para atender a seus membros com estoques de manteiga, açúcar, farinha de trigo, aveia, velas de sebo, carvão etc.

O êxito de Rochdale proporcionou uma grande expansão do cooperativismo, em sua forma moderna na Grã-bretanha. Em 1881, o número de associados a cooperativas chegava a 547 mil e, em 1900, já eram 1,707 milhão (SINGER, 2002).

Em 1895, foi criada a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em Londres, Inglaterra, por iniciativa de líderes ingleses, franceses e alemães (SCHNEIDER, 1999). Desde então “[...] a Aliança Cooperativa Internacional, munida de subsídios históricos e inspirada na experiência cooperativa em vários países, passou a assumir formal e explicitamente o legado de Rochdale” (SCHNEIDER, 1999, p. 56).

No Brasil, o cooperativismo chegou através dos imigrantes europeus em meados do século XX. No início tomou a forma de cooperativas de consumo, na cidade, e de cooperativas agropecuárias, no campo (SINGER, 2002, p. 122).

Mas o cooperativismo brasileiro só se consolidou com a vinda dos imigrantes alemães, italianos e japoneses, que se estabeleceram no Sul e Sudeste do País. (BENATO, 1997) O grande marco, porém, de consolidação do cooperativismo no Brasil, foi a promulgação do Decreto n. 22.239, de 19 de dezembro de 1932, sendo a Primeira Lei Orgânica do Cooperativismo Brasileiro (BRASIL, 1932).

Para Rodrigues (2008, p. 245),

[...] o cooperativismo é uma doutrina que tem princípios dogmáticos universais, como controle democrático, retorno das sobras, remuneração limitada do capital. Na realidade, são princípios que orientam a ação das cooperativas e que lhes dão um perfil diferenciado de qualquer outro tipo de empresa.

Cooperativismo é um movimento, uma filosofia de vida e um modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. É o sistema fundamentado na reunião de pessoas, e não no capital, visando às necessidades do grupo, e não do lucro. Busca prosperidade conjunta, e não individual. Essas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes (ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS [OCB], 1990).

Bialoskorski Neto (2006, p. 21) comenta que o cooperativismo e as formas de cooperação são algo de muito antigo na história da humanidade. Há registros sobre a cooperação e a associação solidária desde a Pré-História da civilização, em tribos indígenas ou em antigas civilizações como os Babilônicos.

Na atualidade o cooperativismo vem sendo uma alternativa para as pessoas suprirem as necessidades e conseguirem oportunidades econômicas e sociais para o desenvolvimento coletivo. O cooperativismo é visto como doutrina, ou um movimento socioeconômico, o qual tem as cooperativas como forma de organização.

Essas características ajudam a explicar a propagação do cooperativismo em vários países, como ilustram alguns exemplos: no Japão, as cooperativas agropecuárias congregam em torno de 90% de todos os agricultores, enquanto no Canadá e Noruega, 4 em cada 10 agricultores são cooperados. Ainda, na Nova Zelândia, as cooperativas respondem por 95% do mercado de laticínios e 22% do PIB (NAMORADO, 2013).

Analisando o cooperativismo como doutrina socioeconômica, em algumas cooperativas brasileiras do ramo agropecuário, especificamente o deste estudo, muitas diferem dessa doutrina, dando importância a essa doutrina de forma isolada, onde cooperativas com enorme volume financeiro e operacional visam apenas o lado econômico e deixam de lado o aspecto social e outras que visam apenas o lado social, muitas destas representadas por cooperativas da economia solidária, as quais não geram um retorno econômico satisfatório para seus sócios.

A cooperativa deste estudo enfrenta esse grande dilema doutrinário. Seu quadro social é formado por pequenos produtores, vinculado à agricultura familiar, por meio da economia solidária. Segundo Paul Singer (2002, p. 10), a economia solidária é um modo de produção “cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”. Mas, de acordo com os resultados econômicos que vem alcançando ao longo dos anos de 2015 e 2016, essa cooperativa vem ampliando suas ações econômicas buscando um retorno econômico cada vez maior ao seu associado.

No aporte de Gadotti (2009), há diferença entre o cooperativismo solidário (cooperativas de trabalho) e o cooperativismo do agronegócio (cooperativas de produtores), cuja diferença está na sua concepção econômica de produção e consumo.

As cooperativas agropecuárias buscam sua eficiência na produtividade, aumento produtivo e diferente de organizações mercantis capitalistas que têm uma concentração de renda na mão de poucos. A economia solidária busca criar postos de trabalho, gerar oportunidade para que todos os produtores possam produzir, porém Gadotti (2009) acredita que “o agronegócio vem desativando postos de trabalho”.

Euclides Mance (2003, p. 81-2) aponta como desafios atuais da economia solidária: a difusão do consumo solidário, a logística de distribuição, os

fundos para reinvestimento, o mapeamento, a diversificação e qualificação dos produtos e a capacitação técnica.

No Brasil, a introdução do modelo cooperativo remonta ao final do século XIX, com algumas experiências em São Paulo e Pernambuco. A partir de 1902, surgiram as primeiras cooperativas de crédito rural do modelo *Raiffeisen*, em Nova Petrópolis, RS e, em 1907, foram criadas as primeiras cooperativas agropecuárias, no Estado de Minas Gerais. Tais cooperativas agrícolas, ao longo da primeira metade do século XX, se mostraram as mais pujantes em termos de volume de negócio, sendo, ao mesmo tempo, as principais responsáveis pela difusão do ideário cooperativista no país (SILVA et al., 2003).

A lei cooperativista n. 5.764 de 16 de dezembro de 1971, no seu artigo 4º, define as cooperativas como “sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados [...]”.

As cooperativas ainda são classificadas em ramos distintos, a partir de suas características e objetivos. A OCB distingue o cooperativismo brasileiro em 13 ramos, são eles: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte e turismo e lazer.

O ramo agropecuário, o qual é objeto deste estudo, veio a ter “a primeira cooperativa no Brasil no ano de 1907 por via da cooperativa de plantadores (de café, algodão, mandioca, arroz, milho etc.) e de laticinistas, resultantes da propaganda do estadista João Pinheiro, em Minas Gerais” (PINHO, 1982, p. 120).

No Brasil, segundo dados do último Censo Agropecuário, tais organizações respondem por algo em torno de 41% do Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE], 2016), sendo meios de coordenação dos atores no setor primário da economia e importantes vias de acesso dos produtores ao mercado.

Pinho (1996) e Presno (2001) afirmam que, dadas suas características intrínsecas, as cooperativas foram fomentadas pelo governo como importantes instrumentos para a aplicação e disseminação de políticas públicas orientadas ao setor agrário (assistência técnica, acesso ao mercado, entre outras), desde a década de 1930, mesmo que, por vezes, a

criação de cooperativas engendradas por essas políticas não fosse objeto de análise prévia.

No entanto, ao longo da década de 1980, o arrefecimento da atividade econômica nacional e das políticas intervencionistas do Estado atreladas às cooperativas, somados à crescente demanda por práticas de gestão mais modernas, levou ao desaparecimento de muitas cooperativas agropecuárias, resultando num crescente sentido de receio quanto a tais organizações (PINHO, 1992; PRESNO, 2001; BIALOSKORSKI NETO, 2005).

Em Mato Grosso do Sul, as origens apontam sua criação no antigo estado de Mato Grosso com a constituição da Cooperativa Agrícola de Campo Grande Ltda. (COOP-GRANDE), no dia 11 de outubro de 1939, constituída por 152 imigrantes japoneses da região de Okinawa, objetivando a recepção, beneficiamento e comercialização de café, arroz, milho, feijão e batatinha. Posteriormente, em 1º de fevereiro de 1966, teria sido constituída a Cooperativa Agrícola Mista Várzea Alegre (CAMVA), e, em 31 de outubro de 1969, a Cooperativa Agrícola Mista Sul-Mato-Grossense (OCB, 1990).

O ramo agropecuário representa as cooperativas de produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertencem ao cooperado. Caracterizam-se pelos serviços prestados aos associados, como recebimento ou comercialização da produção conjunta, armazenamento e industrialização, além da assistência técnica, educacional e social. Conforme dados da OCB, até o ano de 2015, o número de cooperativas do ramo agropecuário filiadas ao sistema era de 1.543 cooperativas, com o número de associados de 993.564 e o número de 180.891 empregados (OCB, 2015a).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em 2014 as exportações diretas de cooperativas alcançaram um total de US\$ 5,2 bilhões. As exportações das cooperativas passaram de 1,7% para o patamar de 2,3% no período de sete anos. Entre os principais produtos exportados pelas cooperativas, destacam-se: carne de frango (com vendas de US\$ 850 milhões, representando 16,1% do total exportado); café (US\$ 749 milhões, 14,2% do total) e soja em grão (US\$ 642,9 milhões, 13,3% do valor final). O Paraná foi o estado com maior volume de exportações, representando 40% do total cooperativista. Em seguida, aparecem: São Paulo (20,9%); Minas Gerais (13,1%); Santa Catarina (9,7%) e Mato Grosso (4,4%) (OCB, 2015b).

De acordo com dados da Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul (JUCEMS) até a data de consulta, em 21 de setembro de 2016, e consulta no site da Receita Federal, no dia 10 de outubro de 2016, estão ativas no Estado de Mato Grosso do Sul 138 cooperativas agropecuárias, sendo 23 filiais de outros Estados e 115 com matrizes no Estado de Mato Grosso do Sul. O fato de essas cooperativas estarem ativas pela JUCEMS, não quer dizer que todas estão operando ou em plena atividade. Algumas sequer saíram do papel, outras estão com as atividades paralisadas e, conforme dados da JUCEMS e da Receita Federal, sete cooperativas com matrizes em Mato Grosso do Sul estão em processo de liquidação.

De acordo com o registro das cooperativas filiadas à Organização das Cooperativas Brasileiras em Mato Grosso do Sul (OCB/MS, s.d.), até o dia 10 de outubro de 2016, constavam apenas 47 cooperativas agropecuárias filiadas, equivalente a 34% do total das 138 cooperativas do ramo agropecuário, sendo 36 com matrizes no Estado de MS e 11 filiais em outros Estados.

3 ASPECTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ASSENTAMENTO CAMPO VERDE

O Projeto de Assentamento (PA) Campo Verde foi criado a partir da doação de 1.918,5467 ha (um mil, novecentos e dezoito hectares, cinquenta e quatro ares e sessenta e sete centiares) de terras desmembradas do imóvel denominado “Fazenda Nova Querência”, pertencente à Sociedade Agropastoril Barcelos Ltda. e aceita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por meio da Portaria de n. 574 de 13 de julho de 1987 (INCRA-SR16-MS, 1987).

Em relação à organização espacial, o projeto foi dividido em 60 parcelas rurais individuais com área média de 32 hectares, perfazendo um total de 1.918,5467 hectares. A reserva legal¹ está incluída no lote, e os parceiros residem em suas parcelas (INCRA-SR-16, 2000).

¹ O atual Código Florestal define a Reserva Legal como: Art. 3º- Para os efeitos desta Lei, entende-se por: [...] III- Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.

Atualmente a maioria dos produtores não é beneficiária desse projeto, devido à venda irregular do lote para terceiros. Nem todos os lotes atualmente estão produtivos, alguns deles não têm sequer uma cabeça de gado, divergindo da grande maioria, cuja atividade está voltada à pecuária leiteira e de corte e a horticultura, e a grande maioria dos proprietários é sócia da COOPLAF.

A forma de gestão e organização do projeto iniciou por uma associação destinada à representação dos assentados junto aos órgãos públicos e privados, bem como a organização da comunidade para atender aos interesses nas áreas produtivas e sociais (INCRA-SR-16, 2000).

A associação fundada via projeto de assentamento, assim como a maioria no Estado de Mato Grosso do Sul, é imposta para os beneficiários do projeto, sem um preparo adequado, informação, treinamento e conhecimento sobre a forma de organização. Sem esse preparo de organização por meio de Associação, a união das pessoas, o crescimento e o desenvolvimento coletivo esperado ficam distantes da realidade esperada, gerando conflitos e isolamento dos produtores.

A respeito da situação social, em se tratando de educação, a escola Municipal Assentamento Campo Verde, inaugurada no dia 14 de março de 1995, está localizada no centro rural, encontra-se em funcionamento e atendendo a 162 alunos do referido assentamento e de assentamentos que se encontram próximos e também de fazendas vizinhas, com a educação infantil (pré-escola) e o ensino fundamental (anos iniciais), com seis salas de aulas e 14 funcionários (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

Na área da saúde, o atendimento médico está sendo realizado no posto de saúde do Assentamento Patagônia, inaugurado em 1º de novembro de 2006 e distante 7 km da sede do Assentamento Campo Verde, no posto de saúde da Família Unidade Santa Mônica, inaugurada em 22 de fevereiro de 2008 e localizado a 17 km da sede do Assentamento e, em atendimentos a casos mais graves, na sede do município a 60 km do Assentamento Campo Verde como também na capital do estado, Campo Grande, a 85 km distante do Assentamento (INCRA, 2009).

Já em relação à habitação, os beneficiários do projeto de Assentamento Campo Verde possuem moradias no próprio lote, as quais foram constru-

ídas via Crédito Habitação do INCRA. Ainda na área social, o transporte comunitário é realizado em ônibus intermunicipal que trafega no projeto, bem como veículos particulares. Já os meios de comunicação disponíveis no Assentamento são: televisão, rádio, internet e telefone.

A situação econômica relacionada a produção de hortifrutigranjeiros recebia assistência técnica da Empresa de Pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural (EMPAER), extinta em 2000 e reestruturada com o nome de Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER). Os beneficiários contavam ainda com uma assistência técnica na área da avicultura com técnicos das empresas que atuam no projeto “Seara e Frango VIP” (INCRA-SR-16, 2000).

No ano de 2016, estavam sendo atendidos por meio dos programas de Assistência Técnica e Gerencial “MAIS LEITE” e “HORTIFRUTI LEGAL” da instituição SENAR/MS, que atende ao todo 179 produtores rurais, sendo 132 da atividade pecuária leiteira e 47 do hortifrutí, todos associados da COOPLAF, moradores do Assentamento Campo Verde e dos assentamentos vizinhos, Assentamento Patagônia, Assentamento Nova Querência e Assentamento Santa Mônica (SENAR/MS, 2016).

Durante o período do projeto do assentamento, as famílias desenvolviam as culturas de subsistência tais como: milho, feijão, arroz, banana, melancia. A maior expressão de produção era a pecuária de leite, em torno de 2.400 cabeças de gado bovino, como também o rebanho de suínos, com 630 cabeças, e as 416.000 aves na época. O escoamento da produção era feito por meio de vendas em cidades vizinhas próximas a atravessadores, principalmente na comercialização do leite. Com relação à produção de aves (avicultura), esta era comercializada junto a empresas atuantes no projeto “Seara e Frango VIT” (INCRA-SR-16, 2000).

Com a efetividade da cooperativa COOPLAF, a produção e a comercialização dos produtores do assentamento Campo Verde e assentamento vizinhos vêm em grande parte do leite e do hortifrutí, então comercializados em grande volume pela cooperativa nos municípios de Terenos, MS, e Campo Grande, MS, por via da rede de restaurantes, Ceasa e mercados locais.

Os créditos de instalação e produção foram concedidos aos assentados do projeto, que, após a consolidação, passaram a ser atendidos pelo

PRONAF² (INCRA-SR-16, 2000). Em 16 de setembro de 2009, foi inaugurado o posto de atendimento da AGRAER no Assentamento Santa Mônica, distante a 17 km da sede do Assentamento Campo Verde, com intuito de atender aos assentados na elaboração de projetos, para aquisição de recursos voltados à atividade rural e assistência técnica aos produtores.

Quando ainda projeto Assentamento Campo Verde, na infraestrutura em relação à água, as parcelas (lotes) foram abastecidas por poços tubulares profundos e poços convencionais. Todas as parcelas (lotes) dispunham de energia elétrica (INCRA-SR-16, 2000). O projeto foi servido de estradas de acesso interno, conservadas até hoje pela Prefeitura Municipal de Terenos, MS.

Para a sede do Assentamento Campo Verde, Centro Rural do Projeto, foi determinada a área destinada de 24,7727 hectares, com dois poços tubulares profundos equipados com motores, implementos e equipamentos, os quais foram objetos de doação de acordo com a legislação vigente, através de processos formalizados, após a consolidação do projeto (INCRA-SR-16, 2000).

Os parceiros institucionais na época da consolidação do Projeto do Assentamento eram: a prefeitura municipal de Terenos, MS, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Federação e o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul (INCRA-SR-16, 2000). Atualmente, além desses parceiros, o assentamento conta ainda com a parceria das instituições SENAR/MS, SEBRAE/MS e principalmente da cooperativa COOPLAF.

No dia 2 de junho de 2000, nos termos da Norma de Execução INCRA/DP/n. 04, foi declarado consolidado o PA Campo Verde, criado pela portaria n. 574, de 13 de julho de 1987.

No dia 21 de março de 2016, foi criado o 1º Distrito de Terenos, MS, Campo Verde, o qual engloba os assentamentos Campo Verde, Santa Mônica, Patagônia e Nova Querência. O distrito nasceu com um território de quase mil quilômetros, onde moram cerca de mil e duzentas famílias, totalizando

² O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.

cinco mil pessoas, o que representa aproximadamente um quarto da população de Terenos, MS, que é cerca de vinte mil e trezentos e sessenta e sete pessoas (IBGE, 2016).

O distrito tem como limites ao norte, com Terenos, MS, ao sul, a cidade de Sidrolândia, MS, a leste, Campo Grande, MS, e a oeste, Aquidauana, MS.

4 COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DA PECUÁRIA DE CORTE E LEITEIRA E DA AGRICULTURA FAMILIAR - COOPLAF

Durante o ano de 2012, um grupo de produtores rurais da bovinocultura leiteira do assentamento Campo Verde organizou-se para achar uma alternativa visando a uma solução imediata referente ao baixo preço pago pelos laticínios da região.

Ao se reunirem, montaram uma comissão e foram até o laticínio buscar informações e justificativas do baixo preço pago ao leite. Segundo os próprios produtores, a alegação do gerente do laticínio era que o leite tinha baixa qualidade, apresentando inclusive coliformes fecais em algumas análises, além do baixo volume de produção na região.

Essa comissão visitou cerca de 40 propriedades no Assentamento Campo Verde, explicando a maneira correta de ordenha e exigências impostas pelo laticínio para atender a Instrução Normativa n. 62, de 29 de dezembro de 2011 (BRASIL, 2011). A partir dessa iniciativa, a comissão buscou parceiros como o SEBRAE/MS e o SENAR/MS para auxiliar na assistência técnica à atividade leiteira da região.

Com a assistência técnica, a produção e a qualidade do leite foram melhorando, mas ainda era grande a insatisfação dos produtores referente ao preço pago pelo leite. Em uma nova reunião entre os produtores, surgiu a ideia de se organizarem por via de uma cooperativa, e, no dia 17 de janeiro de 2014, quarenta produtores do assentamento Campo Verde e assentamentos vizinhos, reunidos em Assembleia de Constituição da cooperativa, aprovaram o Estatuto Social e elegeram os representantes legais para os cargos sociais conforme o estatuto aprovado, dando origem à COOPLAF³. O

³ Ata da Assembleia Geral de Constituição da COOPLAF, registrada na JUCEMS no dia 23/04/2014.

processo de constituição não foi fácil, pois prejudicaram alguns intermediários que comercializavam o leite dos produtores na região. A intermediação já era um desafio a ser superado pelo cooperativismo desde o século XIX, conforme uma das doze virtudes enumeradas do cooperativismo por Charles Guide no século XIX, “suprimir os parasitas, ou seja, eliminar os intermediários, de maneira a reduzir ao mínimo os órgãos de transmissão das riquezas do produtor ao consumidor” (PINHO, 1982, p. 35).

Quanto ao estatuto em vigor da COOPLAF, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada no dia 23 de março de 2015, foi aprovada a alteração estatutária proposta pela diretoria e aprovada pelos sócios presentes e registrado sua alteração na JUCEMS, no dia 20 de agosto de 2015⁴.

O Estatuto Social da COOPLAF, em seu capítulo II, art. 2º, refere-se aos objetivos da cooperativa, que são:

A congregação de pecuaristas que atuem na atividade pecuária leiteira, de cria ou de corte, agricultores e agricultores enquadrados na agricultura familiar, realizando atividades no interesse econômico de seus cooperados com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus cooperados. [...] são objetivos sociais: a) receber, transportar, [...] comercializar a produção de seus cooperados, [...]; b) adquirir e repassar aos cooperados, [...] insumos necessários ao desenvolvimento de suas atividades; c) prestar assistência tecnológica aos cooperados de seu quadro social [...]; d) [...]; e) [...]; f) [...]; g) prestar outros serviços relacionados com a atividade econômica da cooperativa.

Diante dos objetivos da cooperativa, pode-se destacar a importância desta para os produtores rurais, por atender as necessidades de produção e comercialização de seus produtos, o acesso à assistência técnica de qualidade, a crédito para custeio da produção, melhor preço, garantia e segurança de mercado.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 22 de abril de 2016, foram apresentadas e aprovadas as contas do exercício social de 2015, no qual destaca uma receita bruta de quase 3,5 milhões de reais, entre venda do leite in natura, produtos hortifrutigranjeiros e mercadorias da loja agropecuária da cooperativa e o número do quadro social que, na constituição,

⁴ Ata de n. 1 da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da COOPLAF.

começou com 40 produtores e, na presente data, já havia 475 associados, todos residentes do distrito de Campo Verde, Terenos, MS, produtores rurais dos Assentamentos Campo Verde, Patagônia, Nova Querência e Santa Mônica⁵.

5 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Para uma análise da realidade do assentamento Campo Verde, além de observações *in loco*, foram aplicados 76 questionários aos produtores rurais do assentamento que são associados da cooperativa COOPLAF, visando aos motivos que levaram ao processo de constituição, a necessidade e as dificuldades encontradas dos produtores com a criação da cooperativa, as vantagens que a cooperativa proporciona a eles e por fim o que representa a COOPLAF para o assentamento Campo Verde e demais assentamentos dentro do distrito de Campo Verde, em Terenos, MS.

Os dados foram tabulados, analisados e interpretados. Para um melhor entendimento, serão assinaladas as questões solicitadas à população alvo e seus respectivos resultados de forma geral.

A primeira questão abordou o motivo para a criação da cooperativa. Na segunda questão, no intuito de querer confrontar se o motivo da criação da cooperativa correspondia à necessidade dos produtores, perguntou-se sobre qual era a necessidade do produtor no momento da constituição da cooperativa. Por fim, a terceira questão contemplou a visão dele produtor sobre qual foi a maior dificuldade no processo para a constituição da cooperativa.

Dos setenta e seis questionários analisados e interpretados, trinta e oito produtores, representando 50 %, apontaram que o preço pago ao leite teve o motivo principal para a criação da cooperativa, trinta e oito também relataram o motivo vinculado à produção e à comercialização do leite e demais produtos, referente à qualidade, e a necessidade de assistência técnica. Vinte e um produtores, aproximadamente 28%, apontaram o motivo da união das pessoas, melhoria do assentamento e da qualidade de vida, tendo uma visão coletiva e não individualizada. Apenas treze produtores, um pouco

⁵ Ata de n. 3 da Assembleia Geral Ordinária da COOPLAF.

mais de 17%, não souberam responder qual foi o motivo da constituição devido a não terem feito parte do processo de constituição nem terem sido informados, no momento da sua inscrição, sobre o histórico da cooperativa.

Em relação à necessidade do produtor, de acordo com a segunda questão do questionário, trinta e quatro pessoas relacionaram ao preço pago ao leite, quase 45%, quarenta e um dos participantes, aproximadamente 54%, tinham a necessidade relacionada à produção e à comercialização do leite e demais produtos, referente à qualidade, e a necessidade de assistência técnica. Dezesesseis produtores, próximo de 21%, queriam a cooperativa pelo motivo da união das pessoas, melhoria do assentamento e da qualidade de vida, tendo uma visão coletiva, e apenas oito produtores, um pouco mais de 10%, não souberam responder qual foi a necessidade dos produtores na época do processo de constituição, por não terem feito parte do processo nem terem sido informados, no momento da sua inscrição, sobre o histórico da cooperativa.

Já a respeito da terceira questão, sobre a dificuldade no processo de constituição, trinta e três produtores não souberam responder, quase 44%, devido a não terem feito parte do processo de constituição e não terem sido informados no momento da sua inscrição sobre o histórico da cooperativa. Já os produtores que deram sua opinião, o maior problema apontado por eles foram a organização e união das pessoas, a falta de confiança entre os produtores, o que representou 38%, no total de vinte e nove pessoas. Doze pessoas, próximo a 16%, apontaram dificuldade na arrecadação financeira e burocracia relacionada à documentação. Sete produtores, um pouco mais de 9%, acharam que a maior dificuldade era relacionada à falta de conhecimento sobre o cooperativismo e organização da cooperativa. E apenas cinco participantes, pouco mais de 6%, alegaram que não encontraram nenhuma dificuldade no processo de constituição da COOPLAF.

De acordo com os objetivos estabelecidos pelos associados da COOPLAF, foram realizadas mais duas perguntas aos setenta e seis produtores, as quais solicitavam a opinião de cada um: Qual eram as vantagens que ele tem atualmente com a cooperativa COOPLAF? O que representa hoje em dia a cooperativa para ele e para o Assentamento Campo Verde e os assentamentos próximos.

Referente às vantagens vista pelos participantes, devido à cooperativa ter uma loja agropecuária na sua sede, cinquenta e cinco pessoas, quase 73%, verificaram a comercialização e a garantia de mercado, diante do acesso a crédito na compra dos insumos e garantia de venda da produção como principal vantagem de fazer parte da COOPLAF. Referentes ao preço pago pelo leite ao produtor por meio da cooperativa, trinta e cinco o veem como vantagem, total de 46%. Vinte e duas pessoas destacaram a vantagem da assistência técnica e cursos de capacitação que a cooperativa oferece aos sócios, quase 29% dos participantes e nenhum participante, ou seja, ninguém, 0%, mencionou que a cooperativa não tem vantagem a oferecer a ele produtor.

A importância da COOPLAF para o produtor e para os assentamentos, conforme o resultado dos questionários, foi destacado nas palavras: “desenvolvimento”, “melhorias”, “benefícios”, “vantagens”, “facilidade”. Apenas quatro participantes não souberam responder, cerca de 5% do total.

Segundo Ávila (2000, p. 68), o conceito de Desenvolvimento Local,

Consiste essencialmente no efetivo desabrochamento das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’ (portanto com interesses comuns e situada em determinado território ou local com identidade social e histórica), no sentido de ela mesma se tornar paulatinamente apta a agenciar e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, planejar, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios, assim como a ‘metabolização’ comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.

Diante dessa análise conceitual e pelo relato dos produtores nos questionários, é notória a participação da cooperativa para o desenvolvimento local e territorial do distrito de Campo Verde, que engloba os quatro assentamentos: Campo Verde, Patagônia, Nova Querência e Santa Mônica, por meio do cooperativismo agropecuário vivenciado nas ações da COOPLAF.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a aplicação dos questionários e análise dos resultados da pesquisa realizada com os produtores associados da cooperativa COOPLAF, verificou-se que o cooperativismo agropecuário desenvolvido no país e no Estado de Mato Grosso do Sul é apontado como de grande perspectiva para os produtores rurais e para o desenvolvimento territorial.

O cooperativismo agropecuário sul-mato-grossense apresenta também suas falhas, ao ser observado a sua representatividade no Estado. Apenas 34% das cooperativas agropecuárias estão filiadas a OCB/MS, organização esta que foi criada para ser a voz das cooperativas brasileiras, que atua principalmente, junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e com entidades internacionais em busca de conquistas e avanços para o setor.

O assentamento Campo Verde, assim como a maioria no Estado, teve um processo de constituição e formação conturbado na organização dos produtores. Foram criadas associações para unir e fortalecer os produtores, mas sem nenhum preparo e capacitação destes, evidenciado pelo comportamento individualista dos cooperados.

A criação da cooperativa agropecuária COOPLAF no ano de 2014 mudou um pouco esse cenário individualista dos produtores, e vem gerando oportunidades e atendendo as necessidades da comercialização e produção de seus associados.

A relação facilitada entre os produtores rurais do distrito Campo Verde via cooperativa COOPLAF e as organizações de apoio no território de vida favoreceram processos de aprendizagem coletiva e o compartilhamento de diferentes fontes de conhecimento.

A cooperativa COOPLAF representa uma enorme importância aos seus associados e a comunidade local, sua origem veio atender as necessidades dos produtores rural do Assentamento Campo Verde e, com pouquíssimo tempo, gerou oportunidades não somente para o assentamento, mas para os produtores dos demais assentamentos próximos. Pode-se afirmar que o crescimento e o desenvolvimento da cooperativa vieram gerar uma representatividade política importante na região, fator essencial no processo de criação do primeiro distrito de Terenos, MS, em março de 2016, distrito Campo Verde.

Portanto, conforme os resultados apontados pela pesquisa, a criação da cooperativa COOPLAF veio da vontade dos produtores rurais, diante de suas necessidades voltadas, em sua grande maioria, ao baixo preço pago ao leite, à necessidade de produção com assistência técnica e uma garantia de mercado na comercialização do leite e demais produtos, assinalando um desenvolvimento local de forma gradativa.

A COOPLAF encontrou e vem tendo muitas dificuldades em relação ao comportamento dos produtores quanto à participação e ao envolvimento com a cooperativa. Quase 50% dos associados que participaram da pesquisa não conhecem a origem e o propósito da cooperativa, e a cultura individualista enraizada do produtor dificulta o processo de cooperação e participação coletiva nas decisões da COOPLAF.

A cooperativa COOPLAF é vista pelos produtores rurais como um ponto positivo para a região, todos os setenta e seis associados que participaram da pesquisa veem vantagens em participar da cooperativa, a grande maioria destacou as oportunidades de comercialização e produção que tiveram após a criação da COOPLAF, além da satisfação com o preço pago pelos seus produtos.

Na formação da cooperativa, foi demonstrado que houve processos de aprendizagem coletiva e o compartilhamento de diferentes fontes de conhecimento, assinalando aspectos importantes do desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, V. F. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. *Revista Interações*, Campo Grande, MS, n. 1. v. 1, p. 63-76, set. 2000.

BENATO, J. V. A. *O ABC do cooperativismo*. 4. ed. São Paulo: OCESP, 1997.

BIALOSKORSKI NETO, S. *Aspectos econômicos das cooperativas*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

_____. Cooperativas agropecuárias do Estado de São Paulo: uma análise da evolução na década de 90. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 35, p. 1-11, 2005.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Instrução Normativa n. 62*, de 29 de dezembro de 2011. Regulamenta a produção do leite de vaca. Brasília: MAPA, 2011. Disponível em: <<https://www.apcbrh.com.br/files/IN62.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2018

_____. Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16/12/1971.

_____. *Decreto 22.239*, de 19 de dezembro de 1932. Reforma as disposições do decreto legislativo nº 1.637 de 5 de janeiro de 1907, na parte referente às sociedades cooperativas, bem como as revogações pelos decretos de números 24.647/1934; 581/1938; 8.401/1945; 59/1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D22239.htm>. Acesso em: 3 set. 2018.

GADOTTI, M. *Economia solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *População estimada 2016 – Estado de Mato Grosso do Sul, Município de Terenos*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/terenos/panorama>>. Acesso em: 3 nov. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA-SR16-MS). *PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento Émerson Rodrigues/Santa Mônica*. Campo Grande: Incra/Aesca, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA-SR16-MS). *Portaria n. 036/2000*, 30 de novembro de 2000.

_____. *Portaria 574*, em 13/07/1987. Cria o Assentamento Campo Verde. Campo Grande: INCRA, 1987.

MANCE, E. Redes de economia solidária. In: FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. *Economia solidária: desafios para um novo tempo*. Salvador: FLEM, 2003. (Cadernos FLEM, 5).

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria Estadual de Educação. *Censo Escolar 2015*. Campo Grande: SED/MS, 2015.

MENEZES, A. *Cooperativismo para escolas de II grau*. Brasília: OCB, 1992.

NAMORADO, R. *O essencial sobre cooperativas*. Lisboa: Leya, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). *Propostas do cooperativismo à presidência da república - 2015-2018*. Brasília: OCB, 2015a. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/assets/arquivos/Publicacoes/propostas_cooperativismo_presidencia.pdf>. Acesso em: 3 set. 2018.

_____. *Catálogo brasileiro de cooperativas exportadoras*. Brasília: OCB, 2015b. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/assets/arquivos/Publicacoes/CatalogoCooperativasExportadoras.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2018.

_____. *Cooperativismo sul-mato-grossense*. Brasília: OCB, 1990.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS DO ESTADO DE MS (OCB/MS). *Cooperativas filiadas, ramo agropecuário*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.ocbms.org.br/filiadas/agropecuaria/1/>>. Acesso em: 15 set. 2016.

PINHO, D. B. *Lineamento da legislação cooperativa brasileira*. Manual de Cooperativismo. São Paulo: CNPq, 1996. v. 3.

_____. *O Pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro*. Manual de Cooperativismo. São Paulo: CNPq, 1992. v. 1.

_____. *O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro*. 18. ed. São Paulo: CNPq, 1982.

PRESNO, N. B. As cooperativas e os desafios da competitividade. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 119-44, 2001.

RODRIGUES, R. *Cooperativismo: surfando a segunda onda*. São Paulo: SN, 2008.

SCHNEIDER, J. O. *Democracia, participação e autonomia cooperativa*. 2. ed. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 1999.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL (SENAR/MS). *Programas e projetos*. 2016. Disponível em: <<http://senarms.org.br/senar-ms/programas-e-projetos/>>. Acesso em: 20 maio 2018.

SILVA, E. S. et al. Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências. *Revista UniRcoop*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 75-102, 2003.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

